

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO: UMA QUESTÃO PARA A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

YOUTH POLITICAL PARTICIPATION AND GENDER CONSTITUTION: A QUESTION FOR DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY

Maria Cláudia Santos Lopes De Oliveira; Adriana Almeida Camilo

Universidade de Brasília; mcsoliveira@gmail.com

Historia editorial	Resumo
Recibido: 18-12-2012 Primera revisión: 13-10-2013 Aceptado: 18-04-2014	Os modos predominantes da subjetividade, na juventude contemporânea, definidos em torno do consumo, podem colaborar para a preponderância de formas de organização subjetiva que não se mostrem comprometidas com a participação social e política. Este trabalho concentra-se em discutir o papel da participação política para a constituição subjetiva e construção da cidadania de adolescentes e jovens. A relação entre identidade e compromisso político é discutida considerando-se dois estudos de caso extraídos de um projeto de pesquisa anterior no campo da diversidade de gênero. O foco da análise é compreender o papel potencialmente desempenhado pela experiência no ativismo político sobre as trajetórias de desenvolvimento e constituição da subjetividade de ativistas, tomando por base eventos de autoapresentação narrativa, em situação de entrevista.
Palavras-chave Juventude Participação política Identidade Desenvolvimento humano	Abstract The predominant modes of subjectivity in contemporary youth, defined according to consumption, may collaborate for the preponderance of forms of subjective organization not committed with the social and political participation. This paper focuses on discussing the role of political participation to the subjective constitution and citizenship construction of adolescents and youth. The relationship between identity and political commitment are discussed considering two case studies extracted of data of a previous research project in the field of gender diversity. The focus of the analysis is to understand if and how the experience within political activism acts over developmental trajectories and constitution of subjectivity of activists, considering narratives of self-presentation, in interview settings.
Keywords Youth Political Commitment Identity Human Development	The predominant modes of subjectivity in contemporary youth, defined according to consumption, may collaborate for the preponderance of forms of subjective organization not committed with the social and political participation. This paper focuses on discussing the role of political participation to the subjective constitution and citizenship construction of adolescents and youth. The relationship between identity and political commitment are discussed considering two case studies extracted of data of a previous research project in the field of gender diversity. The focus of the analysis is to understand if and how the experience within political activism acts over developmental trajectories and constitution of subjectivity of activists, considering narratives of self-presentation, in interview settings.
Lopes De Oliveira, Maria Cláudia Santos e Camilo, Adriana Almeida (2014). Participação política juvenil e constituição de gênero: uma questão para a psicologia do desenvolvimento. <i>Athenea Digital</i> , 14(2), 95-115. http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n2.1160	

Nos contextos sociais contemporâneos, os processos de formação cultural resultam de intensas lutas e embates entre grupos, que se posicionam e resistem, frente aos processos de dominação que visam produzir formas culturais hegemônicas (Canclini, 1995/2006). Nesse cenário, novas coordenadas espaço-tempo tem lugar, já que a facilidade e a rapidez dos fluxos regionais e internacionais de pessoas, serviços e capitais alteram os registros culturais, como efeito da interpenetração de códigos, estilos e imagens vindos de culturas originalmente distintas. O efeito disso é o surgimento de culturas híbridas, formas culturais globais pasteurizadas, que tendem à homogeneização, em virtude da presença de elementos muito próximos, que concorrem para a diluição das referências de espaço-tempo na constituição da identidade social dos grupos (Canclini, 1995/2006).

No que se refere ao contexto brasileiro, ao lado de mudanças importantes, em curso, no campo das relações econômicas, e sob o véu de um desenvolvimento social iniciante, preservam-se expressivas contradições, que necessitam ser consideradas. Com relativa frequência, cidadania e bem-estar estão submetidos às demandas de mercado, afetando uns segmentos sociais mais que outros. Entre os segmentos que permanecem vitimados pelas contradições socioeconômicas atuais e tendem a colher menos frutos dos avanços no campo da economia, destacam-se os adolescentes e jovens. De acordo com dados do censo de 2010, a população brasileira está envelhecendo, ainda assim, cerca de 50% dela constitui-se de pessoas com idade inferior a 29 anos (IBGE, 2010). Segundo a mesma fonte, o Brasil detém cerca de 51 milhões de habitantes, entre 15 e 29 anos, dois terços dos quais têm entre 15 e 24 anos. Nesta última faixa etária, encontram-se também os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de baixa formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que existe uma crescente sensibilidade do Estado para a questão da promoção social da adolescência e juventude. Desde 2005, quando a Política Nacional para a Juventude ganhou força de lei, um conjunto mais significativo de programas e ações, orientados à promoção da cidadania e à inclusão de jovens, vem sendo desenvolvido. Em agosto de 2013, o Estatuto da Juventude (Lei 12852/2013) foi promulgado, após anos de discussão. Considera-se que a promulgação deu-se como reação à onda de manifestações políticas juvenis que passaram a ocorrer, desde junho de 2013. Esta mesma lei institui o Sistema Nacional da Juventude - SINAJUVE, uma estrutura jurídica que garante a articulação intersetorial entre órgãos, a fim de garantir aos jovens direitos mínimos, independentemente dos governos. De acordo com Jorge Barrientos-Parra (2004), tal Estatuto inclui o jovem no sistema de garantia de direitos sociais, ao propor estender aos maiores de 18 anos algumas das preocupações presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao lado do reconhecimento da heterogeneidade da juventude brasileira, em suas particularidades regionais e locais, o Estatuto da Juventude afirma a centralidade das ações de promoção de autonomia, a fim de que passem a se reconhecer como atores sociais com papel cada dia mais estratégico na vida nacional.

Ao contribuir para fomentar políticas sociais garantidoras de direitos, o Estatuto da Juventude tem o potencial de colaborar para avanços na condição de vida e de desenvolvimento dos jovens, em nosso país, cuja participação social é ainda tímida. Embora preveja-se a participação dos próprios jovens em oficinas de construção, acompanhamento e avaliação de todas as políticas públicas, muitas vezes eles se encontram ausentes do debate, ou, tenham dificuldades para argumentar em favor de suas neces-

sidades e interesses. A sólida participação juvenil exige que estes passem a ocupar a agenda social e política brasileira de forma mais contundente, atuando de modo enfático na construção de condições para sua crescente emancipação social e política.

Os movimentos de organização das minorias sociais, ou, os que visam à afirmação das culturas de periferia, têm servido de tubos de ensaio para o desenvolvimento político juvenil. Estes são contextos em que a tensão gerada entre o local e o global pode ceder lugar a novas possibilidades de subjetivação ainda pouco exploradas. Representam uma oportunidade para a construção de projetos articulados, que podem contribuir para a transformação social, especialmente, por meio da articulação de grupos, no mesocontexto da comunidade local. Nesse sentido, os agrupamentos e movimentos da cultura juvenil atendem ao papel de explicitar as tensões inerentes às desterritorializações identitárias que marcam a contemporaneidade (Canclini, 1995/2006; Sarlo, 1997). É necessário e possível pensar que os sujeitos em formação possam colaborar de modo ativo para as transformações socioculturais de sua comunidade, ao mesmo tempo em que se beneficiem dessas mudanças para seu desenvolvimento pessoal.

Assim sendo, o presente artigo tem por foco debater a relação entre participação política e identidade, considerando o significado das formas inovadoras de politização mediadas pelos coletivos juvenis para a constituição subjetiva de adolescentes e jovens contemporâneos. Considera-se, desse modo, a importância da experiência política na agenda das práticas educativas e de promoção de cidadania.

Adolescência e processos identitários

Muitos teóricos do desenvolvimento humano concordam que, na adolescência, são vividos processos nucleares no que tange à formação da identidade, conquanto não haja acordo entre eles no que se refere ao papel específico desses processos na promoção de desenvolvimento. Há os que definem que o grande salto para a constituição de uma identidade mais estruturada envolve a síntese psicológica em torno das mudanças corporais aceleradas, que ocorrem na puberdade (Dias, 2000). Outros argumentam que o senso de si se mantém intacto entre a infância e a adolescência, sendo mais significativas para a definição da identidade pessoal as rupturas no período de transição para a adultez (Arnett, 2004; 2007). Desde nossa perspectiva (Lopes de Oliveira, 2006), diferentemente, a identidade é uma construção semiótica processual e intermitente que, em cada momento do curso de vida, conduz a processos de cristalizações e dissoluções de sentidos sobre si, sem que um ponto particular do processo de desenvolvimento tenha predominância sobre os demais na constituição subjetiva. Ao mesmo tempo, esse processo não segue uma mesma dinâmica e, em diferentes momentos do curso de vida,

muda a qualidade dos processos de individuação. Assim, a identidade é um sistema aberto, cujas dinâmicas próprias são condicionadas pelas características pessoais, assim como pelo conjunto de fatores definidos pelas instituições, contextos e experiências que marcam o desenvolvimento de cada um, na espiral do tempo.

De acordo com nossa perspectiva sobre o tema (Souza, Branco e Lopes de Oliveira, 2008), convencionalmente, a teoria psicológica tratou de modo distinto e separado a identidade pessoal (concebida como a personalidade, o ego, ou *self*) e a identidade social (ou, simplesmente, identidade). Nessa linha predominante de teorização, a identidade pessoal (ou *self*) se caracterizaria como um fenômeno cognitivo, definido como a autorrepresentação, que dependerá da tomada de consciência de que se é uma entidade independente e autônoma do outro (Golishian & Anderson, 1996). Prevalece aí uma concepção individualista e autocontida do *self*, que desconsidera a interdependência sujeito-contexto, e o papel desempenhado pelo próprio sujeito, que se reorganiza interna e externamente na relação com o outro e com a cultura (González Rey, 2003; Lopes de Oliveira, 2003; 2006; Salgado & Gonçalves, 2007). Por outro lado, em muitas teorias da identidade (Hall, 1992/2006) prevalece a tendência a compreender a pessoa como determinada pelos discursos e práticas de seu grupo social, o que contribui para empalidecer a força criativa da pessoa (agentividade) ao transferir para o contexto social o peso maior sobre a estruturação e os conteúdos do processo de subjetivação.

Diferentemente de ambas as perspectivas anteriores, concebemos identidade pessoal e social como dimensões de um mesmo fenômeno, duas faces da mesma moeda, constituídas no processo - sempre marcado por continuidades e descontinuidades - de identificação e diferenciação do outro, no âmbito das experiências em que o sujeito é interpelado a agir, sentir e comunicar e, ao mesmo tempo, a ressignificar de modo singular essas mesmas interpelações. Esta noção de identidade requer considerar, simultaneamente, dois processos em relação dialética: o movimento de estruturação intrapsíquica da experiência, o qual condiciona a emergência de um senso de si mesmo continuado no tempo - apesar das mudanças ocorridas no plano diacrônico (Lopes de Oliveira, 2006), e o processo de apresentação pública de si (Valladares, 2000), no qual se estabelece a zona de contato entre identidade e alteridade, entre o eu e o outro.

No que se refere à adolescência e juventude, cada contexto sociocultural dispõe de uma pauta de expectativas e representações no âmbito sexual, afetivo, social, político e institucional pauta esta que, implícita ou explicitamente, ajuda a definir os comportamentos, valores, crenças e o senso de si do jovem. Ao mesmo tempo, as mudanças de status social (na família, escola e grupos) e as novas e singulares experiências socioafetivas vividas na adolescência reposicionam o jovem em relação aos requerimentos do espaço social, possibilitando a emergência de novos sistemas de sentidos, muitos dos

quais seriam improváveis de acordo com essa mesma pauta. Em outras palavras, a formação individual resulta de uma composição ativa entre as expectativas originárias do sistema social e as intencionalidades subjetivas. Segundo Jaan Valsiner (1989/2008):

O 'self' pode ser definido como o sistema integrado da cultura pessoal construída segundo as sugestões sociais que incidem sobre seu estilo idiossincrático. A cultura pessoal inclui a unidade de afeto e racionalidade. No self, toda ideia racional tem seu contexto afetivo e todo sentimento está intrinsecamente ligado a alguma forma de pensamento sobre a pessoa ou sobre o mundo. (p. 366).

O principal instrumento a serviço da reconfiguração e da organização da identidade, ao longo do curso de vida, é a linguagem (Chaitin, 2004). De acordo com Javier Tapias Valladares (2000), o senso de si é o produto da elaboração enunciativa da experiência para si e para o outro, a partir dos elementos de sentido advindos do outro e, também, dos que tem origem na experiência intuitiva da própria pessoa. Segundo o autor, a etapa da adolescência é relevante, no que se refere ao desenvolvimento da identidade pessoal, especificamente porque, nessa fase da vida, emerge a memória autobiográfica, a capacidade de encadear os eventos do passado em um enredo único. Dessa forma, surge a possibilidade de historicizar a identidade, constituindo o senso de continuidade de si, no eixo do tempo, e de unidade com o grupo, a comunidade, a coletividade, no eixo do espaço (Valladares, 2000).

É exatamente neste ponto que o tema da identidade se cruza com o da participação política. A articulação entre esses tópicos é objeto da próxima seção.

Adolescência e participação política

A cultura do consumo tem levado a que as práticas sociais e os processos de subjetivação priorizem determinados campos de valores e interpelem as juventudes com signos que as aproximam do consumo e da mera reprodução econômica enquanto as afastam, muitas vezes, da implicação ética com o outro e com as demandas da vida comunitária. De forma predominante, em nossa sociedade, valoriza-se o presente, o prazer momentâneo, o narcisismo, em detrimento dos valores assentados nas raízes culturais do grupo, e nas relações sociais justas e fraternas.

O foco na dimensão política da subjetividade deveria ser parte central de todas as práticas promotoras de desenvolvimento e aprendizagem, e mostra-se um caminho interessante e fértil, por meio do qual se pode ampliar a implicação subjetiva de adolescentes e jovens na transformação da realidade comunitária. A experiência política é

um contexto de fundamental importância na formação e transformação do self. Entretanto, a formação educacional para que os estudantes exerçam diferentes formas de representação é quase inexistente. A prática da cidadania, em esferas da vida cotidiana, que deveria ocorrer desde a educação infantil, não é encorajada, afetando a capacidade de tomar a voz e assumir posicionamentos autônomos, diante de situações injustas e de violação de direitos (Sugarman & Sokol, 2012; Sullivan & McCarthy, 2004).

Compreendemos que a participação ativa na vida comunitária, por meio de coletivos autônomos, é uma oportunidade para o(a) jovem entrar em contato com outros posicionamentos diferentes dos próprios, e para a negociação de tensões e diferenças, no campo da alteridade. Os coletivos autônomos são um modo de organização política em que os grupos formam-se de modo espontâneo, em torno de causas compartilhadas pelos próprios jovens, e não estão vinculados a partidos políticos, agremiações ou associações formais. Desse modo, suas características e modos de funcionamento divergem das formas clássicas de ação política.

Entretanto, nota-se que, muitas vezes, a orientação política ao jovem é alienante, ao fundar-se na oferta de “causas” e “bandeiras” que não refletem suas demandas e interesses. Tendem, muitas vezes, a negar a história de vida e trajetórias pregressas do(a) jovem, buscando transformá-lo(a), de fora para dentro, sem requisitar seu envolvimento ativo e cidadão nos próprios processos de mudança.

Compreendemos que a formação política deve propiciar a expressão, a negociação e a síntese entre diferentes alternativas de sentido, que emergem na relação especular entre a pessoa (o si mesmo) e o objeto-foco do debate ou ação política. A nosso ver, o contexto dos coletivos autônomos caracteriza-se, além da promoção do desenvolvimento social, como prática de construção de identidade, em especial, na adolescência e juventude. Por essa razão, implicar o(a) jovem na transformação das contradições sociais das quais ele(a) mesmo(a) se torna vítima exige reconhecer nele(a) um sujeito ativo na compreensão, na crítica e na transformação das atuais condições da sociedade brasileira.

A indiferença política dos jovens, que tende a prevalecer, na atualidade, é efeito de um processo anterior, de natureza socio-histórica, que levou à negação ou invisibilização da adolescência e juventude (Lopes de Oliveira, Silva e Souza, 2013, no prelo). A história e a sociologia da juventude indicam a estreita relação entre as transformações socioeconômicas que resultaram na consolidação do modo de produção capitalista, no início da era moderna, e o surgimento de uma nova forma de experimentar a transição da infância para a vida adulta, reconhecida como a adolescência (Ariés, 1981/2006; Hobsbawn, 1995; Pimenta, 2007). No período transcorrido da modernidade

à contemporaneidade, a adultez foi se tornando, a cada geração, uma condição mais longínqua, deixando de se definir em torno de um rito de passagem circunstanciado. A transição para a vida adulta tornou-se mediada por um período de vários anos de escolarização, várias rupturas e transições, de maior ou menor calibre, durante o qual o sujeito não participava de modo direto da cadeia produtiva.

A configuração desse outro *status* contribuiu para situar o adolescente em uma espécie de limbo social, parte de um grupo que nem gozava das prerrogativas de cuidado dadas às crianças, nem detinha a autonomia dos adultos. A adolescência constituía uma sala de espera na qual se aguardava, por longo tempo, o ingresso na vida adulta. De acordo com Nestor Canclini (1995/2006), na atualidade, o fenômeno da adolescência se tornou ainda mais complexo, e coloca autonomia e heteronomia como dimensões em tensão dialógica. Por um lado, as vicissitudes da sociedade do consumo tendem, com frequência, a converter adolescentes em consumidores antes de os transformarem em cidadãos; por outro, novas formas de autonomia são criativamente exercidas, resultando em várias expressões da cultura e do protagonismo juvenil, que tendem a ser tratadas como inexistentes (Sposito, 2006).

O foco das ciências humanas e sociais sobre a adolescência e juventude é muito recente. Antes disso, na ausência de mais informações sobre jovens como categoria social, as representações sociais predominantes, até meados do século XX, referiam-se a suas características naturais, biológicas, definidas em torno das mudanças sexuais. A adolescência era tratada como se o amadurecimento sexual fosse a única mudança relevante, em curso. A situação só começou a se alterar de modo notável no período pós-guerra, em torno da década de 1950. Entre os traumas determinados pelas grandes guerras está o desenvolvimento de uma geração de crianças órfãs, que se converteram em jovens descontentes e excluídos, em muitos casos, fontes de problema social. Assim, pode-se argumentar que a saída da categoria juventude do estado de invisibilidade social para a ciência e para as políticas públicas só passou a ocorrer quando o jovem se converteu em fonte de problema para a sociedade, passando a demandar ações e explicações satisfatórias.

No campo da Psicologia, estudos como os de Erikson, Winnicott e Anna Freud, entre outros, vêm responder a essa demanda social. No entanto, prevalece nessas abordagens uma perspectiva individualista, objetivista e normativa. As respostas científicas dadas na explicação do comportamento social da juventude tomam a doença como paradigma e contribuem para fomentar estigmas e preconceitos relacionados ao adolescente. Reconhece-se no interesse social e científico pela juventude, no pós-guerra, o objetivo maior de aprimorar os dispositivos sociais de controle e regulação da subjetividade juvenil, apascentando-se sua inquietude, e tomando sua energia vital a serviço

de interesses sociais alheios – o trabalho, a conservação cultural, e a reprodução econômica e da lógica do consumo –, entre outros. Entretanto, a despeito do controle social exercido sobre a juventude, reconhece-se nos jovens atores sociais de superlativa importância em muitos dos mais significativos processos de ruptura política e sociocultural do século XX, o mais exemplar sendo os de maio de 1968, na França.

A transição da juventude desde o lugar de objeto de ações sociais para o de agente de intervenções no campo social, processo em relação ao qual se configura o tema da participação política juvenil, se deu de modo tímido, até muito recentemente. Como objeto da pesquisa em ciências sociais, a chamada participação política juvenil é, com frequência, tratada de forma divorciada da experiência social e subjetiva do jovem, reduzida a um mero dispositivo a serviço da inserção adaptativa do jovem à sociedade (Camilo, 2010; Camilo, Assunção, Fontoura & Lopes de Oliveira, 2002a; 2002b). Temos um exemplo desse divorcio no aumento do interesse pelo tema do protagonismo juvenil, nas últimas décadas. A revisão de estudos realizada por Cynthia Ozon Boghossian & Maria Cecília Minayo (2009) aponta que o chamado protagonismo jovem passou, ao longo dos anos 1990 e seguintes, a ser encarado como uma via para o enfrentamento de situações de risco e vulnerabilidade, de agravos à saúde e a escassez de trabalho para os mais jovens. Em outras palavras, a participação se daria não como demanda subjetiva do jovem, ao sensibilizar-se com os desafios da realidade social, mas para atender a uma função instrumental, na qual sua força criativa se colocaria a serviço de interesses da sociedade, que o levaria a agir para ter atendidos seus direitos no campo da saúde, educação, cultura.

O discurso do protagonismo juvenil convive com as críticas que apontam a anestesia política dos mais jovens. De acordo com Adriana Camilo (2010), prevalece em nossa sociedade a concepção de que “jovens não se interessam em participação política” (p. 6), detendo pouca motivação para assumir papéis de destaque frente às formas mais tradicionais e institucionalizadas de representação, a exemplo dos partidos políticos, agremiações e sindicatos. Tal concepção desconsidera, por um lado, o aspecto apontado por Jürgen Habermas (1987), para quem a crise de despolitização, na atualidade, abrange as sociedades como um todo, em distintas faixas etárias e grupos sociais. Por outro, conforme Lucia Rabello de Castro (2008), a qualidade da participação política dos mais jovens tem estreito vínculo com as “condições subjetivantes que dão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade” (p. 253) e com o modo como essa coletividade é por eles representada. Nesse sentido, no contexto de uma sociedade marcada por tantas desigualdades tal como a brasileira, a força da participação política esmorece, dependendo do modo como cada um se reconhece como parte desse território de desigualdades.

Camilo (2010) ressalta o que considera serem as especificidades do modo de participação política juvenil, na atualidade. Em vez dessas formas mais convencionais, acima referidas, as políticas juvenis tendem a ser parte da vida em grupo e permear os processos de socialização característicos da adolescência e juventude. Como efeito, ações sociopolíticas juvenis se misturam a questões identitárias, culturais, econômicas, de gênero e étnico-raciais, entre outras. No lugar de fazer política de palanque, que tem por instrumento principal as grandes mídias, o jovem ocupa-se preferencialmente de questões micropolíticas, organiza-se por meios singulares e comunica suas ideologias por linguagens não convencionais, a exemplo dos *graffitti*, *fanzines* e *blogs*. O modo predominante de ação encontrada nos chamados coletivos juvenis, assim, é a política do cotidiano, a qual objetiva re-significar, a partir da base, as formas dos sujeitos se situarem no mundo, contribuindo para a conquista de uma inserção de grupos mais cidadã, ética, autônoma e engajada.

Tais ações políticas são, na maior parte das vezes, descentralizadas, coletivas, híbridas, de modo que a articulação entre os atores se dá em função da identificação comum a temas, causas e questões ideológicas específicas (Camilo, 2010). Os principais instrumentos de disseminação de ideias e mobilização de atores são as mídias digitais e as redes sociais, as quais favorecem a mobilização para a ação coletiva, de forma rizomática (Deleuze & Guatarri, 1995/2011). Esse modo de produzir os enredamentos necessários ao fortalecimento das ações políticas, muitas vezes, conduz a efeitos sociais mais abrangentes, ou mesmo, diversos dos originalmente esperados. Assim, ao lado de temas mais planetários – a exemplo das causas ambientais –, esse modo contemporâneo de proceder a ação política juvenil pode engendrar reposicionamentos em temas de interesse comunitário, interpessoal ou pessoal, tais como aspectos relacionados à política do corpo, as relações de gênero, de trabalho, o acesso à cultura, ao espaço urbano, ao transporte. Deve-se ressaltar, por outro lado, que as novas formas de atuação política de adolescentes e jovens, não excluem as outras formas, mais convencionais, que comportam, conforme o caso, a vinculação a partidos políticos ou a agremiações estudantis, aspecto que é evidenciado no estudo de Castro (2008).

As alternativas acima esboçadas expressam a pluralidade de formas, manifestações e significações que o fazer político pode assumir, ao conectar-se a questões locais, proximais, ou ainda, como manifestação da cidadania global, a exemplo dos incontáveis movimentos de expressão política vivenciados no Brasil, a partir de junho de 2013. Tal quadro revela um panorama diverso, e ainda pouco investigado (Sposito, 2006). Interessado na centralidade da relação entre desenvolvimento da juventude e política, na contemporaneidade, o trabalho de Castro (2008), acima referido, toma por foco o processo de subjetivação política, ou seja, a construção do sentido de pertenci-

mento a uma coletividade e a responsabilização pela vida em comum. A autora investiga, ao olhar para o fenômeno da participação política, aspectos considerados igualmente centrais na constituição da subjetividade. Seguindo Jacques Rancière (1995, citado em Castro, 2008), considera a subjetividade política como sendo o modo pelo qual o sujeito se posiciona no espaço de disputas acerca do que está errado em seu entorno, e a como ele se mobiliza para agir em prol da transformação da realidade. Nesse sentido, a participação política é considerada uma resposta socialmente orientada a uma autêntica demanda subjetiva, na qual se articulam a identidade pessoal, a identidade social e a alteridade.

A face sociológica costuma ser a mais explorada na pesquisa sobre participação política. De modo diverso, nosso objetivo aqui é explorar aspectos psicológicos, ou seja, as possibilidades identitárias e de promoção de desenvolvimento pessoal engendradas pela experiência política na adolescência e juventude. No intuito de melhor compreender o papel da participação política frente aos processos de individuação em curso na juventude, apresentamos parte dos dados de um estudo empírico. O estudo a que se refere o presente artigo investigou, por meio de levantamentos, entrevistas individuais e o acompanhamento a eventos políticos, a relação entre a participação política em organizações de defesa dos direitos de mulheres frente às opressões de gênero e a própria constituição da identidade das mulheres participantes do estudo, que se identificam como lésbicas ou bissexuais. Junto com outros temas relacionados à etnia, religião e trabalho, a temática do gênero tem sido uma das que ocupam a pauta dos coletivos autônomos juvenis, na atualidade.

O estudo empírico

O estudo foi desenvolvido com o intuito de compreender o sentido de participação política para adolescentes e jovens, na contemporaneidade, e os impactos desse tipo de atividade social para a subjetividade, quando se focam as transições de desenvolvimento da juventude. A primeira etapa do trabalho foi o levantamento dos coletivos autônomos juvenis em atividade no DF, por ser este o local de realização da pesquisa. Este levantamento tomou por base pesquisas na internet, imersão em espaços sociais (feiras, eventos) frequentados pelos grupos, e nos quais costumam divulgar suas ações, e a busca nas redes sociais. Partiu-se das páginas das próprias pesquisadoras, e considerou-se a autodeclaração de associação a coletivos autônomos. A multiplicidade de esferas de ação e a diversidade de “bandeiras políticas” identificadas entre os grupos surgidos nesse primeiro levantamento conduziu o estudo à necessidade de buscar um ajuste de foco. Com isso, chegou-se à decisão de investigar coletivos autônomos feministas, com o objetivo de compreender como jovens adultas constroem narrativamente signi-

ficações, ao mesmo tempo em que constituem um senso de si e de identidade social, tomando por referência a ação sociopolítica nos referidos coletivos.

Os três coletivos feministas investigados, denominados Obá, Iansã e Ewá (orixás afro-brasileiras) foram os selecionados por sua atuação continuada, no DF, e porque obtiveram reconhecimento de mérito, traduzido na obtenção de recursos públicos por meio de editais de fomento a ações de combate às opressões de gênero e sexualidade. A construção de informações de pesquisa durou 15 meses (de setembro de 2008 a dezembro de 2009) e envolveu duas dimensões: a macrocontextual e a individual. A primeira dimensão tomou como unidade de análise o coletivo, como um todo, na busca de compreender o processo de constituição e organização do grupo concebido como um fenômeno social complexo. Nesta dimensão, os modos de atuação sociopolítica cotidiana, sistemas ideológicos e de significados que sustentam as intervenções sociais propostas pelo coletivo foram analisadas. A análise deu-se a partir do enfoque de documentos dos grupos (*sites, folders, fanzines*) e dos diários de campo construídos pela segunda autora em situações de observação participante de reuniões, assembleias colegiadas e eventos, para os quais a pesquisadora era convidada e nos quais participava com consentimento dos membros de cada grupo. Esta dimensão não será tratada neste artigo.

Já no que se refere à segunda dimensão (individual), os coletivos autônomos foram convertidos em pano de fundo, mero contexto e cenário da ação subjetiva, sendo que o foco principal incidiu sobre as informações geradas pela transcrição de entrevistas narrativas autobiográficas (Chaitin, 2004; Jovchelovitch & Bauer, 2000/2002; Yokoy de Souza, 2008) e interações informais com as participantes em situações de observação. Na modalidade de entrevista autobiográfica, o roteiro é pouco estruturado, e o entrevistado tem liberdade para selecionar o ponto de sua biografia a partir do qual iniciará o relato e os momentos específicos de sua trajetória a serem destacados. Objetivou-se, com isso, acessar as trajetórias de desenvolvimento das entrevistadas e interpretar o papel desempenhado pela experiência política na construção de sua coerência autobiográfica. As entrevistadas foram identificadas entre as militantes dos três coletivos. O material gerado deu origem a estudos de caso que, na perspectiva da pesquisa idiográfica (Alves-Mazzotti, 2006; Salgado & Cunha, 2012; Valsiner, 2007/2012), apontam pistas relevantes para a compreensão do fenômeno da subjetividade, permitindo algum nível de generalização a partir do caso particular. Neste artigo, serão apresentados dois desses estudos.

Mútua constituição entre identidade e política: os casos de Artemísia e Alecrim

As duas protagonistas dos estudos de caso (Artemísia e Alecrim¹, respectivamente, com 25 e 28 anos no momento da pesquisa) evidenciavam consistência e continuidade em sua atuação política, nos anos de adolescência e juventude, atuação que se construiu em relação dialética - ora de continuidade, ora de tensão -, com os processos de constituição subjetiva (em particular, as experiências afetivas no campo do gênero). Apesar das transformações relatadas quanto à forma de inserção política, ambas as participantes relataram ter passado, desde cedo, a assumir de modo veemente o caráter político como principal marca a qualificar sua subjetividade, destacando sua condição de agentes sociais, que sempre estiveram vinculadas politicamente a alguma causa. Neste artigo, por limite de espaço, não avançaremos além de apresentar alguns elementos que se destacam nos dois estudos de caso, mas acreditamos que ambos apresentam características que se destacam para a compreensão da relação de interdependência entre participação política e desenvolvimento da identidade.

Desenvolveremos esta seção em três momentos encadeados: (a) inicialmente, trataremos dos aspectos comuns entre as entrevistadas e das experiências que as aproximam, em termos de suas trajetórias de desenvolvimento; (b) em seguida, serão enfocados os aspectos biográficos que retratam as especificidades da construção da trajetória de desenvolvimento de cada uma, na relação com os vários subsistemas de atividade (família, grupos, universidade), que foram destacados em suas narrativas de entrevista; (c) por fim, da relação dialógica entre dimensão pessoal e política nas referidas trajetórias.

No que se refere ao primeiro momento, estão entre os aspectos que aproximam Artemísia e Alecrim, o interesse precoce delas por política e seu envolvimento com movimentos sociais, a partir da adolescência (no ensino secundário, para a primeira; na universidade, para a segunda). As ações sociopolíticas iniciais por elas descritas englobam: a colaboração para a criação de *fanzines* de conteúdo ideológico, a participação em bandas *hardcore*, e a adesão a passeatas e seminários relacionados à militância no movimento estudantil. Artemísia e Alecrim coincidem ao relatarem o desinteresse crescente pela atividade política representativa, que vivenciaram nos grêmios e centros acadêmicos estudantis, levando-as a abandoná-la logo. Ambas passaram por grupos de estudos feministas e, a partir daí, expandiram sua atuação para a militância feminista, incluindo a participação ativa nos grupos LGBTTT. Esse processo deu-se ao

¹ Nomes fictícios.

mesmo tempo em que se construía a adesão de cada uma a identidades distintas do discurso heteronormativo².

Entre as diferenças entre elas, destacam-se as especificidades de seus processos de subjetivação política. Para Artemísia, o envolvimento com a temática do gênero e as ações políticas contra as opressões associadas ao gênero é secundária à emergência do próprio interesse político. Ela relata ter se sentido comprometida, desde cedo, com uma inserção transformadora no mundo, definindo-se como alguém que “quer fazer diferença”, “fazer alguma coisa importante pro mundo” [sic] (Artemísia, entrevista pessoal, 21 de novembro de 2009), sentimento que toma forma pela primeira vez no ensino médio, fase em que recebera uma educação que considera “bem marxista”.

O compromisso transformador da realidade afeta Artemísia em sua própria escolha de carreira acadêmica, quando decide seguir o curso de graduação em Administração de Empresas. Sua expectativa era, por meio do curso escolhido, descortinar “os pontos fracos do capitalismo” (Artemísia, entrevista pessoal, 21 de novembro de 2009) e, com esse conhecimento, empoderar o trabalhador. Ela relata ter se frustrado, quanto a tal intenção, logo no primeiro ano de curso, o que a levou a abandonar os estudos de graduação, que se davam em universidade privada. Pouco a pouco, aspectos relativos à identidade de gênero e opção política se fundem. Isso ocorre quando ela passa a frequentar grupos de estudos feministas, já na universidade pública, da qual se torna aluna após novo vestibular. Ela destaca, na sua trajetória política, o fato de passar a atuar, profissionalmente, em um órgão público federal, em um posto que favorece o processo de integração entre subjetividade, vida profissional e política, ao permitir articular seus valores e ideologias em ações políticas institucionalmente ancoradas, em seu meio de trabalho. As experiências vividas na interface de trabalho e militância se mostram como de fundamental importância para o alcance de uma síntese da identidade, no caso de Artemísia, conforme ela mesma narra, no trecho analisado a seguir.

Para Alecrim, de modo diverso, o que se destaca é a relevância que tem para ela o corpo feminino, as contradições implicadas em sua configuração identitária como integrante do gênero feminino. Em alguma medida, a compreensão política de seu corpo precede a atuação na vida política, em si. Temas como a menarca, a tensão pré-menstrual e o “número de anos que passou menstruada” (Alecrim, entrevista pessoal, 12 de dezembro de 2009) emergem logo no começo da entrevista e permanecem como marcadores semióticos importantes, que se destacam em sua narrativa, expondo a tensão entre corpo biológico e posicionamento de gênero. Metáforas são utilizadas, em meio

² O termo heteronormativo/heteronormatividade é adotado pela teoria queer para referir ao predomínio de concepções e valores sociais que avaliam negativamente as sexualidades dissidentes. Contextos heteronormativos resultam em forte embate no confronto com posições orientadas à defesa da diversidade de gênero e a legitimação do desejo próprio.

aos relatos sobre os mais diferentes temas, no intuito de retratar a organização cíclica da subjetividade feminina e as tensões induzidas por esses ciclos. Enfatiza-se que esses aspectos terão impacto nas futuras escolhas e caminhos trilhados por ela, na arena política.

Alecrim conta que permaneceu, por longo tempo, em uma atuação sociopolítica autônoma, exercida de vários modos e relacionada a distintas esferas temáticas: via publicação voluntária de textos (próprios e traduzidos) em *blogs* feministas, uso da *internet* como veículo para divulgação do vegetarianismo e da culinária vegetariana. Ao mesmo tempo, escrevia ela sobre a cultura e as bandas *hardcore* etc. Junto às questões de gênero e culturais, Alecrim também militava em ações afirmativas no tema da negritude. Depois de passar muito tempo nessa atuação política autônoma, ela motiva-se a se juntar a outras pessoas na criação de um novo coletivo autônomo, experiência que ela caracteriza como um “divisor de águas” em sua história pessoal, conforme excerto analisado a seguir. Deve-se destacar que o grupo criado com a ajuda de Alecrim foi o único, entre os investigados, que teve, em algum momento de sua constituição histórica, a participação de homens. Com o tempo, Alecrim passou a se envolver também com outros grupos, chegando a colaborar com cinco coletivos feministas. Ela retrata que sua atuação política se tornou tão intensa que entrou em conflito com a conclusão do curso superior e com a possibilidade de assumir um emprego que, na época, lhe concederia autonomia financeira em relação à família.

Por fim, deve-se ressaltar, como parte do que as distingue, que: enquanto Artemísia inicia os relacionamentos afetivo-sexuais a partir de uma autorrepresentação heteroafetiva (posteriormente ressignificada, dando lugar à identidade bissexual), Alecrim fala desde logo do “ódio de ser mulher”, de experiências negativas envolvendo o assédio de homens que a abordavam na rua e das preocupações existentes na família, desde a sua adolescência, de que ela fosse “sapatão” – snedo que, naquela fase, ela própria não se reconhecia como tal, e mantinha relacionamentos com homens, ainda que fugazes.

Para finalizar essa seção, trazemos e analisamos sequências narrativas nas quais Artemísia e Alecrim abordam eventos marcantes nas respectivas trajetórias de militância política, enfatizando os significados que os associam às mudanças intrapsíquicas em curso. No primeiro trecho, a seguir, Artemísia destaca o momento em que tem a oportunidade de realizar o estágio profissional em uma instância governamental que atua com políticas de gênero. Ela define este como um evento importante, pela marca em sua de trajetória pessoal, ao propiciar um contato mais intenso com a práxis política, por meio das ONG's atuantes no campo e eventos como as chamadas “paradas”

gays e lésbicas. Diante dessas experiências, tem lugar um processo que a leva a refletir sobre sua subjetividade política:

Aí eu fui e, nossa, adorei o trabalho, me identifiquei, não sabia ainda, eu já trabalhava com gênero na academia, mas ainda não sabia, conheci algumas ONG's daqui [...] e nessa também, de eu começar a sair para festa e trabalhar, não sei que, não sei que, aí comecei a ir pras Paradas, que eu nunca tinha ido, comecei a ir com a [nome da amiga], a gente conheceu a ONG Obá, a gente ia nas atividades das meninas, eu achava bem legal (...).

E um dia, [...] me convidaram para entrar para a/o [nome do movimento]... E, bom, pra mim, eu pensei: pra mim não tem como eu viver uma coisa sem me envolver com aquilo, assim, se eu tava, vivendo aquilo socialmente, se aquilo é uma coisa que tem repercussões políticas, né... Eu, eu sou sujeito, eu sou sujeito [acelerando a fala], eu tenho que fazer história, eu tenho responsabilidades quanto àquilo. Então, se eu tava... Eu me sentia... meio no compromisso, assim! Se eu tava começando a adentrar o mundo lésbico, assim... eu tinha que fazer alguma coisa, não queria só usufruir das festinhas, digamos. (Artemísia, entrevista pessoal, 21 de novembro de 2009).

As sequências narrativas acima apontam, com clareza, uma importante mudança identitária, em que se destaca o momento no qual Artemísia passa a sentir que suas identificações de gênero a colocam diante de uma responsabilidade ética (“compromisso”; “ter que fazer alguma coisa”; “não se limitar a usufruir das festinhas”...), que a interpelam na direção da ação política engajada. De acordo com Castro (2008), a autêntica participação política demanda que o sujeito seja mobilizado por alguma dimensão do real, que orienta sua ação naquela direção.

Ao tratar da mudança de significados que leva à transição desde uma vivência “festiva” dos eventos até a consciência da necessidade de transformar a realidade por meio de sua ação política, sua fala é marcada pela reflexividade e a autoapreciação (“pra mim, não tem como eu viver uma coisa sem me envolver com aquilo”; “eu sou sujeito”; “tenho que fazer história”), em que a narradora estabelece diálogos internos consigo mesma, e heterodiálogos com a entrevistadora, uma forma interdiscursiva, ou seja, sem uma clara ruptura entre as posições próprias e as expectativas do outro.

Para Alecrim, a fim de caracterizar sua adesão à militância política no contexto dos coletivos, destacamos a sequência narrativa na qual ela relata o evento político de criação de um novo coletivo autônomo, marcado por relações absolutamente horizon-

tais. Tal experiência foi qualificada por ela como um divisor de águas em sua formação subjetiva:

[...] E [a gente] escolheu o feriado, e inventou o nosso evento ‘faça você mesma’ de feminismo. Não teve assim, então agora o [nome do antigo coletivo] vai acabar e vai virar o Iansã, não, meio que ah, tava rolando, rolando, rolou. Aí, daqui a pouco já tinha outras pessoas, né, [...] E o modo de produção era muito massa, porque era totalmente horizontal, de acordo com a disposição e o afeto. A gente falava que Iansã era um grande grupo de namoro coletivo. A gente era uma onda, cara, super sintonia, assim. Não precisava ficar falando ah ‘quem vai fazer isso? Quem vai fazer aquilo?’, quando começou a precisar disso começou a dar problema. [...] Óbvio que também só tô contando a parte boa. Tem, óbvio que tem, problemas [em] organizações horizontais, que é basicamente, se todas as pessoas não aderem, algumas que aderiram vão trabalhar mais [do] que [se] as outras poderiam estar trabalhando juntas, né? Por isso, a gente teve vários problemas. [...] Mas ainda assim, cara, o Iansã é... eu escuto isso até hoje, algumas pessoas falando ‘cara, o Iansã é a minha escola de feminismo, eu aprendi a ser feminista no Iansã.’ Faz toda a diferença, porque tem gente que aprende a ser feminista na academia. [...] eu acho uma experiência, cara, meio divisora de águas mesmo. (Alecrim, entrevista pessoal, 12 de dezembro de 2009).

De forma semelhante ao trecho anterior, Alecrim expressa, na sequência acima, a culminância de um processo subjetivo em meio ao qual ela viveu a transição desde a militância individual e autônoma, na qual ela circulava por atividades e eventos de diferentes grupos feministas sem se filiar a nenhum deles, para o comprometimento com um coletivo autônomo criado com sua colaboração. Ademais, o coletivo Iansã representava o colocar em prática toda uma ideologia de gestão cooperativa, não hierárquica, convergente com a crítica dirigida à lógica predominante nas relações humanas, por parte da filosofia feminista. Nesse sentido, as ações colaborativas do grupo servem de mote para se pensar caminhos para a transformação da sociedade.

Deve-se ressaltar que a representação discursiva de processos de transição e mudança psicológica, não implica no alcance de estabilidade psicológica perene. No relato de Artemisia, há uma maior coerência lógica e um encadeamento mais linear, que pode ser efeito de uma identidade mais consolidada e integrada, o que se deu, potencialmente, em virtude da precocidade e densidade das experiências vividas por ela, no campo político. Alecrim, diferentemente, revela um discurso organizado de forma

aberta, pouco estruturada e profundamente dialógica, no qual um sem-número de vozes sociais é evocado, a todo tempo. Da mesma forma, seu discurso mostra-se fortemente sensível ao contexto, o que a leva a constantes relocalizações e mudanças de sentido. Esses elementos explicitam, talvez, a possibilidade de que complexos processos de (re)significação, associados ao desenvolvimento identitário estejam em movimento e/ou ativados pelo próprio contexto da entrevista.

Assim, nos dois casos apresentados, destaca-se um conjunto de indicadores úteis para a compreensão da identidade como construção processual e semiótica, alimentada na interface entre o social e o subjetivo. Ressaltar a dimensão semiótica da identidade, é sustentar que a mesma se transforma quando se altera a experiência e, como efeito, novos significados e sentidos subjetivos podem emergir. Tal como se argumentou antes, a adolescência e a juventude caracterizam-se como momentos propícios à diversificação e a expansão do campo de experiências, com destaque para as da esfera afetiva e sexual. Embora relevantes para a formação da subjetividade, a diversificação das experiências juvenis, incorporando possibilidades de ação transformadora no campo político não tem sido tão valorizadas quanto desejável, em meio ao cardápio de possibilidades sociais ofertadas aos adolescentes e jovens.

Considerações finais: implicações para o desenvolvimento humano

Ao fim da última década do século XX, com a descentralização das formas de luta social e a crescente suspensão da relação entre identidades e território, a ação política sofre pelo menos duas mudanças importantes: de um lado, a maior aproximação entre cotidiano, subjetividade e ação política; de outro, esta última dissocia-se da filiação a “bandeiras” políticas específicas – uma marca dos primeiros grupos – e surgem novos modos de operar a ação política, nos quais as fronteiras são mais fluidas e as causas mais integradas.

A trajetória política das duas participantes aqui retratadas vai ao encontro da realidade identificada por Julia Zanetti (2009), a qual destaca a importância do papel representado pelos grupos políticos não partidários que proliferaram a partir dos anos 1990, com destaque para as ONGs, no Brasil, no bojo do processo de redemocratização do país. Diante da crise de representatividade e de confiança nos partidos políticos, tais grupos foram fundamentais para a formação política de jovens, sobretudo em extratos sociais mais escolarizados.

Os coletivos autônomos, organizados em torno de agendas sociopolíticas, culturais, de lazer e de questões subjetivas (relacionadas a demandas de indivíduos ou grupos) atuam como contextos privilegiados de canalização da força vital e criativa de jovens, articulando-os em torno de ações afirmativas. A politização da intimidade, a importância conferida aos afetos e a valorização do cotidiano convertem-se em espaços privilegiados para a ação transformadora da realidade social e, simultaneamente das subjetividades.

No entanto, a participação política não se dá sem rugas: jovens têm movimentos de adesão e de resistência ao fazer político; de implicação e indiferença com as contradições que motivam a reforma social. Ao mesmo tempo, boa parte das instituições e serviços da chamada política de atenção integral à adolescência e à juventude – escolas, serviços de saúde, e assistência – tem desenvolvido suas ações a partir de visões limitadas e, muitas vezes, descontextualizadas da participação sociopolítica juvenil. Por meio da pesquisa retratada no presente texto, buscamos ressaltar a íntima relação entre a experiência de participação política, como mediador das transformações subjetivas em curso ao longo da juventude, e transição à adultez. Retratamos esse argumento com informações buscadas em estudo que investigou mulheres jovens com destacada atuação em coletivos autônomos com ações na esfera de gêneros e sexualidades. Coletivos políticos são considerados um contexto de atividade nos quais o subjetivo e o social, o micro e o macrocontexto se tocam de modo particularmente sensível. O desafio consiste em integrar esses dois vetores – desenvolvimento pessoal e político, essas duas dimensões do processo de transformação social, de modo dialógico, como elementos em separação inclusiva.

Referencias

- Alves-Mazzotti, Alda Judith (2006). Usos e abusos do estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000300007>
- Ariés, Philippe (1981/2006). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Arnett, Jeffrey (2004). *Emerging adulthood: the winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press.
- Arnett, Jeffrey (2007). Socialization in emerging adulthood: from the family to the wider world from socialization to self-socialization. Em John E. Grusec & Paul D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: theory and research* (pp. 208-230). New York: The Guilford Press.
- Barrientos-Parra, Jorge (2004). O Estatuto da Juventude: instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação Legislativa*, 41(161), 131-152.

- Boghossian Cynthia Ozon & Minayo, Maria Cecília (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde & Sociedade*, 18(3), 411-423. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>
- Camilo, Adriana Almeida (2010). *Um estudo dialógico sobre narrativas identitárias de mulheres jovens no contexto de coletivos lésbico-bissexuais feministas*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Brasília.
- Camilo, Adriana Almeida; Assunção, Maria Cristina; Fontoura, Marcio & Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos (2002a, agosto). *Urban tribes as developmental contexts in adolescence*. The Fifth Congress of The International Society For Cultural Research And Activity Theory – Dealing with Diversity. Amsterdã, Países Baixos.
- Camilo, Adriana Almeida; Assunção, Maria Cristina; Fontoura, Marcio & Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos (2002b, setembro). Punks e patricinhas: espaços urbanos e adolescência. *Congresso Brasileiro: Ciência & Profissão*. São Paulo, Brasil.
- Canclini, Nestor Garcia (1995/2006). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Castro, Lucia Rabello (2008). Participação política e juventude: do mal estar à responsabilização frente ao destino comum. *Sociologia Política*, 16(30), 253-268. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>
- Chaitin, Julia (2004). My story, my life, my identity. *International Journal of Qualitative, Methods*, 3(4), Disponível em: http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/3_4/pdf/chaitin.pdf
- Deleuze, Giles & Guatarri, Felix (1995/2011). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Dias, Sandra (2000). A inquietante estranheza do corpo e o diagnóstico na adolescência. *Psicologia USP*, 11(1), 119-135. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642000000100008>
- Golishian, Harold & Anderson, Harlene (1996). Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. Em Dora Schmitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 191-203). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gonzalez-Rey, Fernando (2003). *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Habermas, Jurgen (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: LP&M.
- Hall, Stuart (1992/2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobsbawn, Eric (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBGE (2010). *Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade. Censo Demográfico de 2010*. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=0

- Jovchelovitch, Sandra & Bauer, Martin W. (2000/2002). Entrevista narrativa. Em: Martin W. Bauer & George Galskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático* (pp. 114-136). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos (2003). Subjetividade e conhecimento: do sujeito da representação ao sujeito dialógico. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 15(1), 33-52.
- Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 427-436. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>
- Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos; Silva, Samuel Costa & Souza, Tatiana Yokoy (2013, no prelo). Infância, adolescência, família e sociedade. In Karyna Sposato (Org.), *Matriz de formação do SINASE* (pp. 37-75). Brasília: SEDH.
- Pimenta, Carlos Alberto Máximo (2007). Juventude, violência e políticas públicas. *Espaço Acadêmico*, 75, versão eletrônica. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm>
- Projeto de Lei 4529/2004 - *Estatuto da Juventude*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.
- Salgado, João & Cunha, Carla (2012). Positioning microanalysis: the development of a dialogical-based method for idiographic psychology. Em Sergio Salvatore, Alessandro Gennaro & Jaan Valsiner (Orgs.), *Making Sense of Infinite Uniqueness* (pp. 221-244). Charlotte, NC: Information Age.
- Salgado, João & Gonçalves, Miguel (2007). The dialogical self: social, personal and (un)conscious. Em Jaan Valsiner; Alberto Rosa (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 608-621). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sarlo, Beatriz (1997). *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Souza, Tatiana Yokoy de & Branco, Angela Uchoa; Lopes de Oliveira, Maria Cláudia Santos (2008). Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia da UFF*, 20(2), 357-376. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922008000200004>
- Sposito, Marília (2006). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. Em Marcos César de Freitas (Org.), *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude* (pp. 73-94). São Paulo: Cortez.
- Sugarman, Jeff & Sokol, Brian (2012). Human agency and development: An introduction to a theoretical sketch. *New ideas in Psychology*, 30(1), 1-14. <http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2010.03.001>
- Sullivan, Paul & McCarthy, John (2004). Toward a dialogical perspective on agency. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 34(3), 291-309. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0021-8308.2004.00249.x>
- Valladares, Javier Tapias (2000). *Psicología del desarrollo en el estudio de la identidad y la subjetivación en la adolescência*. Conferência não publicada. Coloquio público do Instituto de Investigaciones Psicológicas, de la Universidad de Costa Rica.

- Valsiner, Jaan (1989/2008). *Human development and culture: The social nature of personality and its study*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Valsiner, Jaan (2007/2012). *Fundamentos de psicologia cultural: mundo da vida, mundo mental* (Trad. Ana Cecília Bastos). Porto Alegre: Artmed
- Yokoy de Souza, Tatiana (2008). *Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade*. São Paulo: IBCCrim.
- Zanetti, Julia Paiva (2009). *Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal Fluminense.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciante o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)